

negócios iniciativas

Este suplemento faz parte integrante do Jornal de Negócios n.º 3146, de 9 de Dezembro de 2015, e não pode ser vendido separadamente.

Pescas e conservas em boa maré

- Falta de matéria-prima faz subir preços
- Conservas diversificam e estão na moda
- Sector quer poupar na água e na energia

Retrato estatístico

Captura de peixe caiu 64% desde entrada na UE

Fundos europeus

Mar 2020 ainda sem mapa para o dinheiro

Bruno Simão



Publicidade

<http://maisportugal-popular.negocios.pt>

MAIS PORTUGAL

BANCO POPULAR / NEGÓCIOS

SETORES ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS

**PESCAS
E INDÚSTRIA
CONSERVEIRA**

Popular

O banco que é para si

negócios

NEGÓCIOS INICIATIVAS Observatório das pescas e indústria conserveira

CAPTURA DE PEIXE

Pesca cai 64% desde entrada na UE

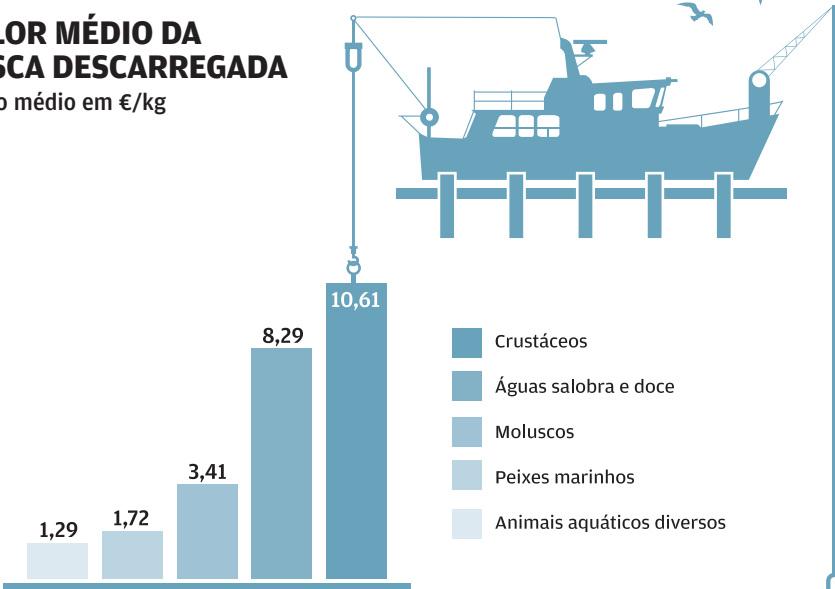
Embora os portugueses sejam o povo que mais peixe consome na União Europeia, a quantidade pescada segue uma trajectória de queda consistente. Isso deixa Portugal muito dependente do exterior.

RETRATO DA PESCA EM PORTUGAL

O sector das pescas não tem propriamente prosperado em Portugal. Em baixo poderá ver alguns dos motivos e sintomas dessa crise.

VALOR MÉDIO DA PESCA DESCARREGADA

Preço médio em €/kg



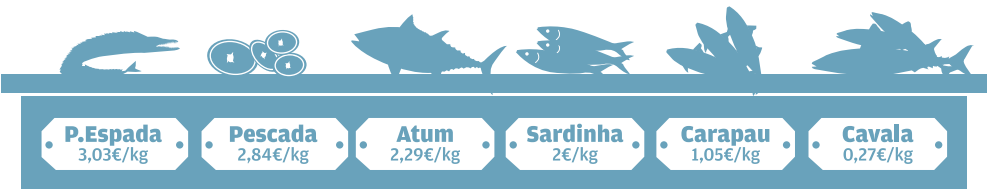
Total de peixe capturado

Em milhares de toneladas pescadas



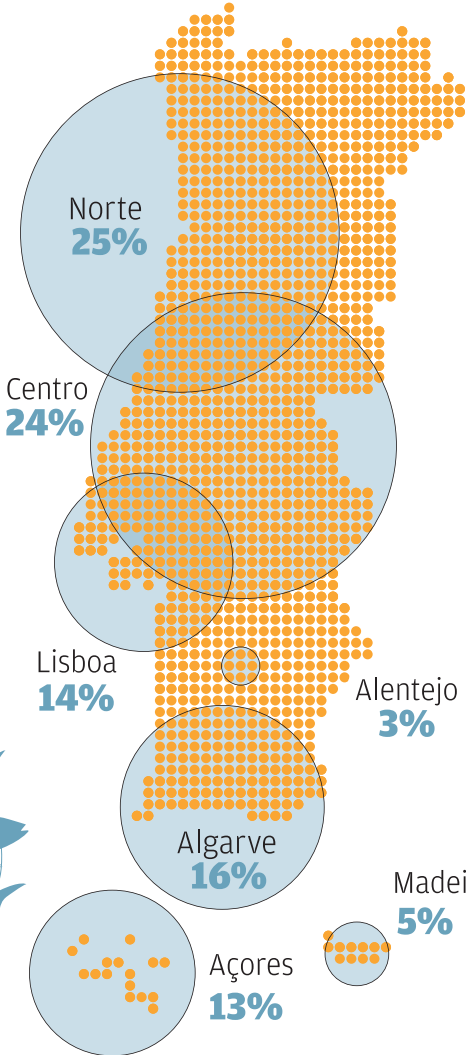
PREÇO DOS PEIXES MAIS PESCADOS EM PORTUGAL

Preço por quilo de peixe



Distribuição de pescadores

Peso de cada região no total de pescadores do país



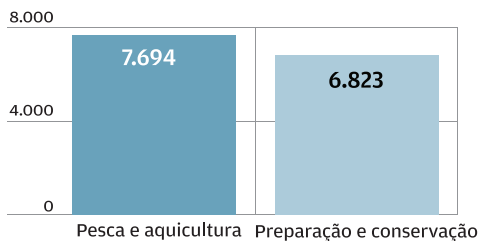
PESCADORES POR REGIÃO DO PAÍS

Número de trabalhadores no sector das pescas

Região	Nº de trabalhadores
Norte	3.315
Centro	3.204
Algarve	2.042
Lisboa	1.803
Açores	1.715
Madeira	639
Alentejo	438

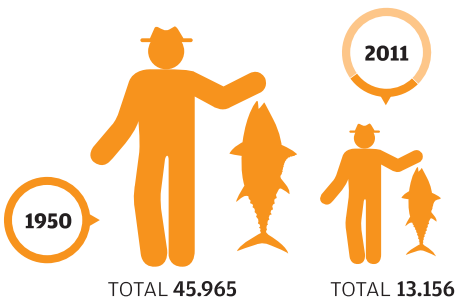
Trabalhadores no sector

Número de pescadores e trabalhadores na preparação e conservas



Cada vez menos pescadores

Número de pescadores em 1950 e 2011



NUNO AGUIAR
naguiar@negocios.pt

A entrada de Portugal na União Europeia coincidiu com o início de uma tendência de quebra da pesca de peixe em Portugal, quando medido em toneladas. Uma trajectória que confirma a contracção generalizada de um sector que já foi praticamente um

símbolo nacional. Portugal era visto como um país de pescadores, tendo também a maior Zona Económica Exclusiva entre os países do espaço comunitário. No entanto, as pescas têm sofrido uma hemorragia de trabalhadores, barcos e das quantidades capturadas. Este último indicador mostra-nos números impressionantes. Em 1986, os pescadores portugueses apanharam 332 mil toneladas de peixe. Quase trinta anos depois, esse valor afundou para as 120 mil toneladas. Uma contracção de 64%.

Só em 2014, a quebra foi de 17% face a 2013. A suavizar ligeiramente esta tendência está o crescimento do preço médio por quilo de peixe, que aumentou muito em 2014, de 1,7 em 2013 para os 2,02 euros. Além disso, há também notícias mais positivas do lado da indústria. As vendas de “congelados”, “secos e salgados” e “conservas” aumentaram 3,7% no ano passado para os 849 milhões de euros. As dificuldades da pesca reflectem-se também na dependência de Portugal ao exterior. O nosso país apresenta o maior consumo “per

capita” de peixe entre os países da União Europeia, com 56,8 quilos por ano. Quase o dobro do valor registado em 1980 (29 quilos/ano). Além disso, supera também em muito as médias de 22,9 quilos na Europa e 18,7 quilos em todo o mundo. Embora Portugal seja um país com tradição pesqueira, não consegue satisfazer esta procura. Se consumíssemos apenas aquilo que pescamos, deixaríamos de ter peixe para comer no dia 27 de Abril de cada ano. Em 1990, o país conseguia aguentar até dia 8 de Julho. ■

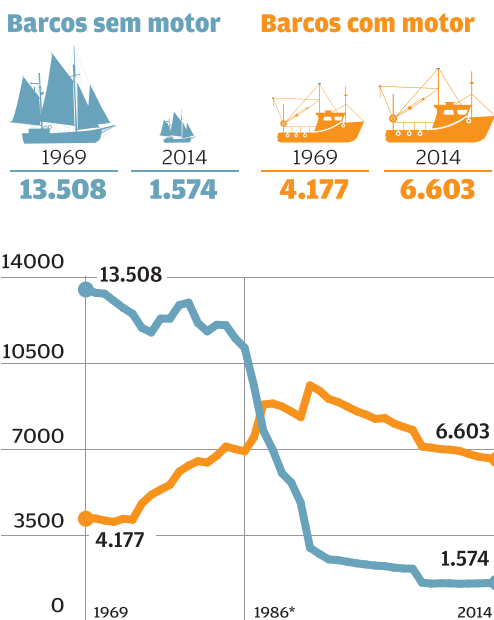
Só 0,3% dos trabalhadores são pescadores

“Um país de pescadores”. Talvez um dia tenha sido, mas não actualmente. Segundo os números do Instituto Nacional de Estatística (INE), os trabalhadores do sector das pescas representam apenas 0,3% do total de mão-de-obra em Portugal. Tal como se verifica na quantidade de peixe capturado, o número de trabalhadores tem caído substancialmente nas últimas décadas. Nos anos 50, havia quase 46 mil pescadores em Portugal, o equivalente a 1,4% da população empregada. Hoje, esses valores recuaram para pouco mais de 13 mil (em 2011), os tais 0,3% da população com trabalho.

A maior percentagem de pescadores está nas regiões Norte e Centro, 25% e 24%, respectivamente. Alentejo e Madeira dão o contributo mais baixo em número de trabalhadores deste sector (3% e 5%). A idade média dos pescadores está hoje nos 43,6 anos, com os pescadores mais jovens a residirem na Madeira e os mais velhos em Lisboa e Algarve. Esta tendência de menos trabalhadores no sector tem reflexos no número de barcos. Os barcos sem motor são hoje 1.574, menos 86% do que há 40 anos. Uma evolução natural num sector que se modernizou. No caso dos barcos a motor, a queda começou em meados dos anos 90, tendo afundado 31% desde o pico. ■ NA

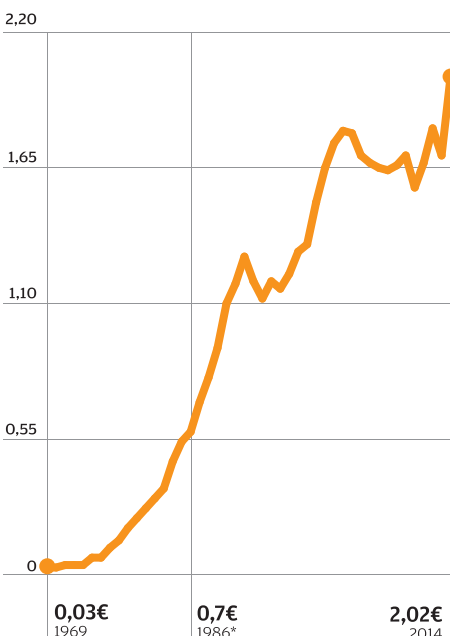
EMBARCAÇÕES DE PESCA

Número de barcos com e sem motor



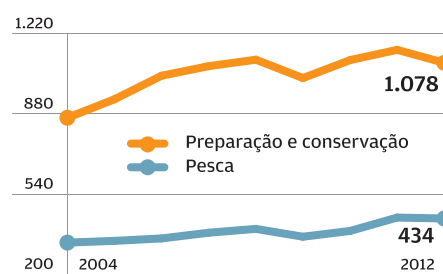
PREÇO MÉDIO DA CAPTURA

Valor médio da pesca em €/kg



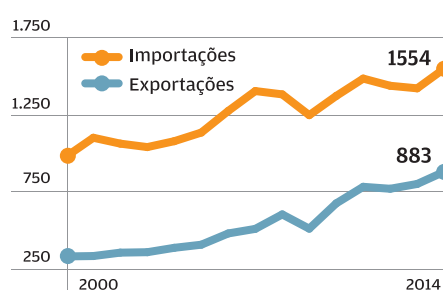
EVOLUÇÃO DO SECTOR

Volume de negócio em milhões de euros



COMÉRCIO INTERNACIONAL

Exportações e importações das pescas e indústria relacionada



Peixes mais pescados em Portugal

Quantidade pescada (toneladas) e valor (euros)

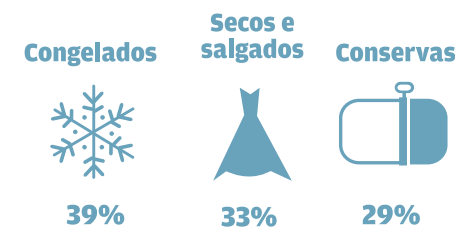
Peixe	Toneladas pescadas	Valor milhares de euros
Cavalas	29.543	7.926
Carapaus	18.153	18.116
Sardinhas	15.824	31.607
Polvos	10.676	44.292
Atum e similares	9.068	20.725
Peixe Espada Preto	4.077	12.357
Pescadas	2.385	6.769
Berbigão	2.211	1.925
Faneca	2.032	3.313
Safio	1.734	3.442

4.005
NÚMERO DE EMPRESAS EM 2012

43,6
IDADE MÉDIA DOS PESCADORES

Vendas da indústria das pescas

Peso de cada sector nas vendas totais da indústria



O número de barcos sem motor afundou 86% nos últimos 40 anos.

NEGÓCIOS INICIATIVAS Observatório das pescas e indústria conserveira

THINK TANK NEGÓCIOS/BANCO POPULAR

Um problema chamado matéria-prima



Uma conversa promovida pelo Negócios e Banco Popular sobre pesca e indústria conserveira.

Há pouca sardinha e não se sabe porquê. Os estudos estão a prosseguir, mas os resultados tardam. O preço sobe. A indústria conserveira tem alternativas, a restante nem por isso.

A sardinha é dos peixes da costa portuguesa que mais se consome e mais se pesca. Ou melhor, mais se pescava. Há efectivamente menos sardinha a ser pescada. Já do atum, da cavala ou do carapau continua a haver “stocks”. O que se começa a notar não apenas nos níveis que são pescados, mas também na produção e exportação. Nomeada-

mente da indústria conserveira. Se não vejamos: pela primeira vez em 2014 as exportações de conservas de atum foram superiores às da sardinha que passaram dos 84 milhões de euros, em 2013, para 59 milhões no ano passado. E se em 2013 se pescou 65 mil toneladas de sardinha, no ano passado já só foram 20 mil toneladas e este ano reduziu-se para as 12 mil. Mas

afinal o que se passa com a sardinha?

As respostas não são possíveis ainda de dar. Mas também não é a primeira vez que acontece. Após a segunda guerra mundial a frota portuguesa chegou a parar por não haver sardinhas. O consumo aumentou “bastante”, mas não é apenas isso. “Não está nos locais habituais e não há sardinha próximo da costa”. Ou seja, “a sardinha não aparece nos locais onde a nossa frota pesqueira vai”. Não há ainda estudos sobre a sardinha, mas está agora a ser iniciado para se perceber o que levou a este comportamento. O que se sabe ao certo é que efectiva-

mente “há uma redução da biomassa que se localizava na costa”, o que é preciso perceber é a razão. “Vai levar anos a perceber a explicação”. Pode estar ligado às correntes, às temperaturas, à alimentação, que leva a sardinha a concentrar-se noutros locais, possivelmente mais longe da costa. O que acaba por penalizar a frota nacional, de curto alcance. Os protagonistas que estiveram no “think tank” organizado pelo Negócios e Banco Popular sobre o sector das pescas e indústria conserveira não querem falar de ameaça de extinção, até porque já se detectou maior número de juvenis, o que dá al-

gumas perspectivas animadoras. “Tem sido feito um esforço no sentido de equilibrar a captura com as necessidades”. A quota da pesca da sardinha é definida a nível ibérico.

Mas, com a reduzida matéria-prima, os preços disparam. Quer para o consumidor final, quer para a indústria que fala em “preços proibitivos”.

Sendo preocupante o que se está a passar com a sardinha, certo é que alguns dos industriais encontram alternativas, mas fazem aumentar as importações. Mas também permitem a utilização de outras espécies existentes na nossa costa. A cavala, por exem-

Importações nas conservas deviam ser substituídas

Falta “know how” na aquicultura

De aquicultura não se falou muito neste “think tank” dedicado à pesca e à indústria conserveira. Não havia agentes ligados à aquicultura. Mas acima de tudo o país não tem ainda um sector pujante. A agravar a situação o caso da Pescanova em Mira que apresentou um mega projecto de aquicultura, mas que acabou sem ver a luz do dia. “A realidade é que é um sector que deveria ter crescimento, mas não cresceu”. E em Portugal “não há muito ‘know how’ e o projecto que podia ter sido uma bandeira serve, hoje, de afastamento”. Ainda assim há alguns, poucos, casos de sucesso, mas não chegam para lhe dar massa crítica. E podia ajudar na obtenção de matéria-prima. Ainda assim o peixe mais requerido em Portugal quer para consumo, quer para a indústria, como a sardinha, não se cria em aquicultura. Ainda assim os fundos europeus que aí vêm terão uma componente para esta actividade.

plo, está a ter um crescimento significativo ao nível das exportações estando a chegar aos números da sardinha. Mas se nas conservas pode haver alternativas na diversificação e na importação, para a indústria de congelação e transformação não há substituto à exportação da sardinha. Até porque, ao contrário do que se julga, a costa nacional é pouco diversificada e o consumo é muito superior ao que está disponível. Por isso cerca de 60% do consumo é feito à custa das importações. ■

ALEXANDRA MACHADO

Chegou a haver, em 1938, 152 fábricas de conservas em Portugal. Actualmente há 20. Mas se em 1938 se produziam 34 mil toneladas de conservas, agora produz-se 82 mil. Mais do dobro em menos de um sétimo das fábricas. E se antes a dependência desta indústria estava no atum e na sardinha, hoje os conserveiros trabalham 21 espécies diferentes de pescado. Na loja promovida pela Associação há mais de 700 referências nacionais.

Há outros números que a indústria se orgulha de apresentar: as exportações aumentaram para 200 milhões de euros, estando o consumo no mercado interno valorizado em 150 milhões de euros. Além disso, acena-se com as potencialidades da exportação que é, ainda, “grande”. “A indústria tem lá fora uma notoriedade e um reconheci-

mento bastante grande”. Exporta para 70 países. E mesmo ao lado – em Espanha – está o segundo maior produtor de conservas.... longe estão os tempos em que se prognosticava a extinção do sector conserveiro. “Há uns anos que voltou a reanimar”, destacam os protagonistas do “think tank” Negócios/Banco Popular dedicado ao

Indústria queixa-se da concentração ao nível da cadeia de distribuição.

sector, cuja regra é a de não identificar as citações para maior liberdade de opinião.

Desafios para a indústria

Mas nem tudo são rosas. E o sector conserveiro tem duas queixas. O preço de venda, já que as conservas são consideradas uma “commodity”, ainda que seja um produto de conveniência, que pelo manuseamento manual, por exemplo, na limpeza obriga a mão-de-obra intensiva. Além disso, acrescentam a esta queixa a pressão da distribuição sobre os fornecedores, mas mais do que isso as compras que estes grupos fazem no exterior para satisfazer as suas marcas próprias. Compram 99 milhões de euros, em grande parte a Espanha. “Mais de 50% do que se consome é importado”, é, por isso, que se acre-

ditado no caminho que há para o crescimento. Nomeadamente substituindo as importações.

O sector da congelação e transformação de pescado queixa-se também da concentração da distribuição nacional, com a agravante de não ter uma componente exportadora tão forte. Até porque não tem matéria-prima suficiente que lhe permita explorar novos mundos. As conservas conseguem encontrar matéria-prima na diversificação e no exterior.

Um desafio que se pede à indústria de transformação é, pois, ser criativo quer interna quer externamente. “Há nichos em determinados países muito interessantes”. E há mesmo quem sugira que mais do que fazer crescer as exportações, os empresários do sector devem pensar na internacionalização. ■ AM

Espanha abateu frota mas construiu ao lado

É um diagnóstico recorrente, do qual se vê o efeito. Desde que entrou para União Europeia, então CEE (Comunidade Económica Europeia), em 1986, que Portugal incentivou o abate à frota pesqueira. Resultado: menos barcos, menos pesca. Na vizinha Espanha a situação foi diferente. E com a força regional conseguiu abater frota, mas construíam. E hoje têm das maiores frotas do mundo, por exemplo, de atuneiros. Portugal não renovou.

“Nunca tivemos políticas do sector. Abate, abate, abate sem contrapartida”, identifica-se, sinalizando-se também o investimento necessário num navio novo. “Não havendo incentivos, os que investiram em barcos novos passaram tempos difíceis”. Alguns ainda estão a ser amortizados. Desde 1972 fizeram-se apenas três navios de pesca longínqua: o Pascoal Atlântico, o Cidade de

Amarante e o França Morte. O investimento num navio destes pode atingir os 20 milhões de euros, com um período de amortização que pode chegar aos 10 anos hoje em dia, dado o preço a que o pescado se encontra. Um investimento que não está, pois, ao alcance de todos. É por isso que a frota nacional em grande parte também não é constituída por navios industriais, mas é ainda dominada por frota artesanal. O problema disto é expresso em números: um navio de pesca artesanal em plataforma continental mais alargada pode pescar 100-120 toneladas por dia, com 10-12 homens a bordo, os artesanais pescam 6-7 toneladas com o mesmo (ou mais) pessoal.

Foi a compra desses navios, em alguns casos, que levou a que o sector tenha hoje níveis baixos de margens e grande consumo de EBITDA no pagamento de serviço da dívida.

Mas é verdade que também tem um capital próprio acima da média de outros sectores e um rácio de malparado menor que o conjunto das empresas não financeiras. Mas a banca agradece um sector que hoje tem mais produção, mais exportação e menos “players”, que são, consequentemente, mais fortes e mais profissionalizados.

É um sector que, apesar dos constrangimentos nomeadamente ao nível da matéria-prima, considera que vive bons momentos. Até ao nível das lotas, geridas pela Docapesca, que tem investido na operação nomeadamente ao nível da recepção do pescado e apresentação para venda, em particular tendo em conta a segurança alimentar. É por isso que há quem defenda que mesmo as lotas têm de sofrer uma concentração de estruturas. É impossível ter uma lota em cada praia. ■ AM



Para a banca é interessante ter um sector com mais produção, mais exportações e menos ‘players’, mas mais fortes e mais profissionalizados. É mais fácil a banca apoiar empresas de maior dimensão.

NEGÓCIOS INICIATIVAS Observatório das pescas e indústria conserveira

FINANCIAMENTO COMUNITÁRIOS

Poupar água e energia devia estar nos planos

Mais do que apoio a investimentos para novas unidades fabris, o sector reclama ajuda para as despesas necessárias na promoção de melhor eficiência energética e de consumo de água.

O Mar 2020, o novo plano operacional para o sector da economia do mar, ainda não está no terreno. Reclama-se por isso que se oiça os agentes deste sector, avaliando as suas necessidades. Mas os protagonistas do “think tank” do Negócios/Banco Popular Portugal que olhou para este sector temem que seja o turismo a ir buscar a fatia de leão do Mar 2020, já que a náutica de recreio, por exemplo, está incluída neste programa de apoios comunitários.

Está albergado no grande “cluster” da economia do mar e os fundos acabam por ter de se divi-

dir por todas as áreas. Há mesmo quem recorde que o turismo é uma forte aposta do país, e, acrescenta, na realidade ao nível de infra-estruturas náuticas “há muito para fazer”, já que “há uma utilização em excesso e as infra-estruturas não aguentam”.

A força do sector do turismo pode fazer o resto e também se acredita que poderão aparecer mais projectos ligados a essa actividade.

Só que o sector presente no “think tank” – sector primário, lotas, congelação e transformação e indústria conserveira – pretendia que o novo quadro equacionasse

ajudas a áreas que promovam eficiências, nomeadamente na utilização energética e da águas, dois recursos que dizem ser caros. Não têm sido apoios contemplados e os empresários acabam por se afastar desses investimentos, onerosos. “São investimentos brutais que ninguém estará em condições de os fazer sem apoios”, salientam, acrescentando que é o próprio Estado que não dá o exemplo, não investindo nestas eficiências.

“Os fundos devem ser canalizados para estas áreas e não para novas unidades”. Há fábricas, acrescenta-se, que estão a laborar muito abaixo da capacidade desejável. As fábricas têm de ser mais rentáveis e produtivas. Os fundos deviam contribuir para essa melhoria de eficiência. Mas também se recorda que aumentar produtividades leva a outros constrangi-

mentos. Por exemplo, a necessidade de mais unidades de armazenamento de peixe, para as quais também não tem havido fundos comunitários.

Além destas áreas, os fundos deveriam ser canalizados para a inovação, acrescentam estes responsáveis que não têm acesso ao Compete 2020. Só podem concorrer ao Mar 2020. A indústria tem de pensar em acrescentar nichos de maior valor acrescentado e novas tecnologias.

Considerando que os fundos comunitários são “indispensáveis”, há quem reclame o afastamento de Lisboa desses apoios, já que indústrias noutras regiões mas perto da capital acabam por conseguir os auxílios vedados a quem está a poucos quilómetros de distância, o que, diz-se, distorce a concorrência. ■ **AM**

Bruno Simão



O financiamento foi um tema abordado no “think tank” do Negócios e do Banco Popular, numa altura em que não há, ainda, fundos europeus do 2020 para o sector.

PROTAGONISTAS

Quem esteve no think tank do Negócios/Popular

A regra é a de Chatham House: tudo pode ser escrito, mas nada pode ser atribuído para maior liberdade de opinião.



ANTÓNIO LUÍS TAVARES
CEO da Cofaco



CARLOS ÁLVARES
Presidente do Banco Popular Portugal



JORGE RATO
Secretário-geral da ACOPE - Associação dos Comerciantes de Pescado



PEDRO FERREIRA
Administrador da Docapesca



SÉRGIO REAL
Presidente da ANICP - Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe

FUNDOS EUROPEUS

Mar 2020 ainda sem mapa para receber 508 milhões

Até Novembro, o Promar, Programa Operacional de Pesca (2007-2013), tinha uma taxa de execução de 76,9% da despesa pública prevista, de 299 milhões. O Mar 2020 tem mais 210 milhões de euros, mas está ainda sem programa operacional publicado. ISABEL AVEIRO

Em final do segundo ano de transição, entre o Promar – o programa operacional de pescas que vigorou no passado quadro comunitário de apoio de 2007 e 2013 – e o Mar 2020, – que vigorará nos próximos sete anos, ainda não foi legislado como Portugal irá gerir as próximas verbas comunitárias para a pesca, aquicultura, e investigação e desenvolvimentos marítimos.

O que se sabe já – por publicação no Jornal Oficial da União Europeia a 20 de Junho de 2014 – é que o o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) vai contribuir com 392,45 milhões de euros, a sete anos, a uma média de 56 milhões por cada ano. Ao Estado português cabe uma comparticipação nacional, via Orçamento do Estado, de 115,32 milhões de euros, confirmou Bruxelas na passada semana.

O PROGRAMA QUE ACABA

O Promar, que vigora até 31 de Dezembro de 2015, está executado (pago) em 76,9%, segundo os dados disponíveis no site oficial, revistos a 26 de Novembro passado. Desde 2007 até 2014, com prolongamento até ao final deste ano para as verbas da União Europeia serem aproveitadas, a despesa pública orçamentada foi de 298,68 milhões de euros, dos quais 226,74 milhões de euros do Fundo Europeu das Pescas (FEP) e 71,93 milhões de euros de comparticipação do Orçamento do Esta-

do. Portugal Continental beneficiou de 252,18 milhões de euros, os Açores de 36,4 milhões de euros e a Madeira de 10,15 milhões de euros nos oito anos de vigência. Ainda segundo os dados do Promar, os compromissos assumidos envolvem um investimento total de 526,2 milhões, incluindo a iniciativa privada, tendo sido

A NOVA TUTELA

O Programa Operacional Mar2020 de Portugal para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP 2014-2020) foi aprovado já pela Comissão Europeia, anunciaram na sexta-feira, 4 de Dezembro, os serviços de Bruxelas. E embora o processo tenha continuado a correr na Comissão, a verdade é que em Portugal houve uma mudança governamental. O que poderá fazer com que a afinização do programa (da responsabilidade da tutela de Assunção Cristas, anterior ministra da Agricultura e do Mar) e da sua operacionalização ainda sofra ajustamentos – até porque, pela orgânica avançada pelo actual Executivo, a tutela do mar e das pescas passa a ter, no XXI Governo, um ministério e uma secretaria de Estado autónomas, agora liderados por Ana



Paula Vitorino.

PRIORIDADE AO MERCADO E AOS OPERADORES

O que já é público, e que Bruxelas veio na semana passada afinar por verba afecta, são as prioridades estabelecidas por Lisboa e aprovadas pela Comissão. E, de todas, a quinta prioridade, intitulada “promover a comercialização e a transformação dos produtos do sector da pesca”, é a que recebe a maior fatia do co-financiamento do FEAMP para Portugal até 2020: 111,2 milhões de euros (28,3% do total). A meta é melhorar o marketing, a diversificação e a valorização dos produtos alimentares de origem marítima. O “programa operacional português concede um papel central às organizações de produtores, que actualmente são responsáveis pela colocação de 58% da produção nacional no mercado”, justifica Bruxelas a

autorização orçamental. O objectivo é que com o valor de 111,2 milhões de euros, acrescidos, para já, de um co-financiamento nacional de mais 21 milhões de euros, “reforce as organizações de produtores em todo o território nacional e apoie



a implementação de planos de produção e de marketing”. Bruxelas faz notar ainda que as regiões ultraperiféricas portuguesas – as regiões autónomas dos Açores e da Madeira – terão quase o dobro das verbas nesta prioridade (45 milhões de euros) face ao período de 2007-2013.

INOVAÇÃO PELA SUSTENTABILIDADE

A segunda maior fatia da verba alocada a Portugal nos próximos sete anos, equivalente a 103,6 milhões de euros, ou 26,4%, visa “promover um pesca ambien-

tes, e “melhore a rastreabilidade” das capturas.



AQUICULTURA APOIADA EM 77 MILHÕES

Com o intuito de ir ao encontro dos objectivos do Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa, do anterior Executivo, Bruxelas disponibiliza 59 milhões de euros no âmbito do FEAMP (15%) para a segunda prioridade. As acções visam melhorar a comunicação no sector, “impulsionar o desenvolvimento da aquicultura e melhorar o planeamento do espaço marinho”. O co-financiamento nacional previsto nesta área é de cerca de 18,6 milhões de euros, segundo o documento utilizado em Novembro de 2014 no diálogo com os parceiros económicos e sociais do sector.

45
AÇORES E MADEIRA
Regiões ultraperiféricas nacionais recebem 45 milhões através da quinta prioridade.

EMPREGO AZUL

Para todas as restantes três medidas prioritárias, além da despesa da assistência técnica (22,8 milhões de euros) estão previstos outros 118,6 milhões de euros. E, desta lista, o emprego associado ao mar tem inscrito uma verba de 35 milhões de euros do fundo comunitário (com mais 6,17 milhões de euros do Estado). A meta é apoiar “iniciativas locais de desenvolvimento para manter e criar empregos, reforçar a posição das pescas e aquicultura no desenvolvimento dos territórios costeiros e aumentar o valor acrescentado através de projectos inovadores e investigação”.

CANDIDATURAS

Como funciona o mecanismo de apoio às pescas?

No âmbito do programa operacional em curso até final de 2015, há várias etapas a percorrer para a elegibilidade dos projectos.

ENTREGA DA CANDIDATURA

Os projectos candidatos devem ser entregues nas Direcções Regionais da Agricultura e Pescas, em formato papel, quer directamente ou por carta registada. No caso do Eixo 4 – Desenvolvimento das Zonas de Pesca, podem ainda ser entregues nos grupos de acção costeira.

DECISÃO SOBRE OS PROJECTOS E PAGAMENTO

Os promotores dos projectos de investimento que concorrem a apoio público no âmbito do Promar são notificados pelo “organismo com responsabilidade para o efeito” – onde conta o valor de investimento elegível à ajuda, os valores da despesa pública (FEP e OE) e “eventuais condicionantes à decisão”. O financiamento é feito através do IFAP, via transferência bancária, após celebração do contrato.

OBRIGAÇÕES

Os beneficiários não podem alienar ou comprometer “os bens e serviços adquiridos no âmbito dos projectos de investimento apoiados” sem autorização prévia da autoridade de gestão durante os cinco anos após a conclusão do projecto. E a apresentação de um relatório final é obrigatório durante os 12 meses seguintes à conclusão do investimento que recebeu os apoios.

392
BRUXELAS

O FEAMP prevê apoiar o mar português a uma média de 56 milhões por ano, entre 2014-2020.

do. Portugal Continental beneficiou de 252,18 milhões de euros, os Açores de 36,4 milhões de euros e a Madeira de 10,15 milhões de euros nos oito anos de vigência. Ainda segundo os dados do Promar, os compromissos assumidos envolvem um investimento total de 526,2 milhões, incluindo a iniciativa privada, tendo sido

MAIS PORTUGAL

BANCO POPULAR / NEGÓCIOS

SETORES ESTRATÉGICOS PARA O PAÍS

O **Negócios** e o **Banco Popular** associaram-se para lançar um Ciclo de Think Tanks dedicado a sectores estratégicos para Portugal.

Numa altura de mudanças profundas, a iniciativa **MAIS PORTUGAL** nasce com o objectivo de gerar linhas de orientação para a retoma económica de Portugal, analisando sectores de relevo para a economia. Esta iniciativa pretende aportar uma perspetiva informada, com base no know-how de especialistas nacionais em cada sector.

Foram realizados quatro **Think Tanks Mais Portugal**, dedicados aos sectores, **Agrícola, Turismo, Têxteis, Vestuário e Calçado e Pescas e Indústria Conserveira**. Todos reuniram especialistas independentes e representativos de cada sector. Consulte os principais resultados dos Think Tanks e veja os vídeos dos Oradores no site da iniciativa.

O próximo **Think Thank MAIS PORTUGAL** será dedicado à **Inovação e TIs**.

Acompanhe os desenvolvimentos da iniciativa **MAIS PORTUGAL** em
[http:// maisportugal-popular.negocios.pt](http://maisportugal-popular.negocios.pt)

O banco que leva o seu negócio ao próximo nível.

Popular

O banco que é para si

negocios

No tempo certo.